

SUMÁRIO

PARTE I – TEMAS DE AÇÃO PENAL

1

ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL	35
1.1. CONCEITO.....	35
1.2. REQUISITOS.....	35
1.3. CONDIÇÕES	36
1.4. VEDAÇÕES À CELEBRAÇÃO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL.....	36
1.5. COMO PODE CAIR	36
1.6. QUESTÕES	37

2

AÇÃO PENAL	39
2.1. CONCEITO.....	39
2.2. AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA	39
2.3. AÇÃO PENAL PÚBLICA CONDICIONADA À REPRESENTAÇÃO.....	39
2.3.1. Noções introdutórias	39
2.3.2. Natureza jurídica da representação.....	40
2.3.3. Identificação	40
2.3.4. Lesão corporal leve e lesão corporal culposa	40
2.3.5. Titular do direito à representação	40
2.3.6. Prazo	41
2.3.7. Retratabilidade	41
2.3.8. Consequências da falta de representação e como pode cair	41
2.4. QUESTÕES	42
2.5. AÇÃO PENAL PRIVADA	42
2.5.1. Identificação	42
2.5.2. Titular	43
2.5.3. Prazo para oferecer a queixa-crime	43
2.5.4. Renúncia ao direito de queixa.....	43
2.5.5. Perdão do ofendido.....	44

PARTE II – PEÇAS PROCESSUAIS

PEÇAS IMPRESCINDÍVEIS

1

QUEIXA-CRIME	49
1.1. IDENTIFICAÇÃO.....	49
1.2. ENDEREÇAMENTO	49

1.3. BASE LEGAL.....	50
1.4. PROCURAÇÃO COM PODERES ESPECIAIS	50
1.5. LEGITIMIDADE.....	51
1.6. PRAZO	51
1.7. REQUISITOS DA QUEIXA	51
1.8. PEDIDOS	51
1.9. ROL DE TESTEMUNHAS	52
1.10. ESTRUTURA DA QUEIXA-CRIME	52
1.11. PEÇA RESOLVIDA	55

2

RESPOSTA À ACUSAÇÃO	57
----------------------------------	----

2.1. INTRODUÇÃO	57
2.2. DENÚNCIA OU QUEIXA E CAUSAS DE REJEIÇÃO	57
2.3. DA CITAÇÃO	58
2.4. PEÇA OBRIGATÓRIA.....	59
2.5. IDENTIFICAÇÃO DA PEÇA.....	60
2.6. BASE LEGAL.....	60
2.7. PRAZO	60
2.8. CONTEÚDO/PLANO DE AÇÃO	61
2.9. PEDIDO.....	64
2.10. PRODUÇÃO DE PROVAS E ROL DE TESTEMUNHAS	64
2.11. RECURSOS	64
2.12. ESTRUTURA DA RESPOSTA À ACUSAÇÃO	65
2.13. PEÇA RESOLVIDA.....	65
2.14. QUESTÕES.....	67

3

MEMORIAIS	69
------------------------	----

3.1. DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO.....	69
3.2. IDENTIFICAÇÃO DA PEÇA.....	69
3.3. BASE LEGAL.....	71
3.4. PRAZO	71
3.5. CONTEÚDO/PLANO DE AÇÃO	71
3.6. PEDIDO.....	76
3.7. ESTRUTURA DOS MEMORIAIS.....	77
3.8. PEÇA RESOLVIDA	77

4

APELAÇÃO	81
-----------------------	----

4.1. CABIMENTO.....	81
4.2. IDENTIFICAÇÃO.....	81
4.3. BASE LEGAL	82
4.4. PRAZO	83
4.5. LEGITIMIDADE DO ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO	83
4.6. CONTEÚDO/PLANO DE AÇÃO	84
4.7. PEDIDO.....	88
4.8. ESTRUTURA DO RECURSO DE APELAÇÃO	89
4.9. PEÇA RESOLVIDA	91

5**CONTRARRAZÕES DE APELAÇÃO** 95

5.1. INTRODUÇÃO	95
5.2. IDENTIFICAÇÃO.....	95
5.3. BASE LEGAL.....	96
5.4. PRAZO	96
5.5. CONTEÚDO/PLANO DE AÇÃO	96
5.6. PEDIDOS.....	97
5.7. ESTRUTURA DAS CONTRARRAZÕES DE APELAÇÃO	97
5.8. PEÇA RESOLVIDA	97

6**RECURSO EM SENTIDO ESTRITO** 101

6.1. INTRODUÇÃO	101
6.2. HIPÓTESES DE CABIMENTO	101
6.3. PRAZO	105
6.4. LEGITIMIDADE.....	106
6.5. EFEITO REGRESSIVO OU JUÍZO DE RETRATAÇÃO	106
6.6. ESTRUTURAÇÃO.....	106
6.7. PEÇA RESOLVIDA	107
6.8. QUESTÕES	109

7**AGRAVO EM EXECUÇÃO** 111**8****REVISÃO CRIMINAL** 113**9****RELAXAMENTO DA PRISÃO** 115**10****APELAÇÃO DO ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO** 117

10.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	117
10.2. BASE LEGAL	118
10.3. PRAZO	118
10.4. CONTEÚDO	118
10.5. ESTRUTURA	118
10.6. PEÇA RESOLVIDA	119

PEÇAS MUITO RELEVANTES

1**EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE** 123

1.1. INTRODUÇÃO	123
-----------------------	-----

1.2. IDENTIFICAÇÃO.....	123
1.3. BASE LEGAL.....	123
1.4. LEGITIMIDADE PARA INTERPOSIÇÃO DE EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE	123
1.5. PRAZO	123
1.6. CABIMENTO DOS EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE	124
1.7. FORMA E COMPETÊNCIA PARA O JULGAMENTO	124
1.8. CONTEÚDO/PLANO DE AÇÃO	124
1.9. ESTRUTURA.....	124
1.10. PEÇA RESOLVIDA	125

2

RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL 127

2.1. INTRODUÇÃO	127
2.2. IDENTIFICAÇÃO.....	127
2.3. BASE LEGAL.....	127
2.4. CABIMENTO EM MATÉRIA PENAL	127
2.5. PRAZO E PROCESSAMENTO	128
2.6. CONTEÚDO/PLANO DE AÇÃO.....	128
2.7. PEDIDO	129
2.8. ESTRUTURA.....	129
2.9. PEÇA RESOLVIDA – AUTURAL	129

3

DEFESA PRELIMINAR NOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO 131

3.1. INTRODUÇÃO	131
3.2. IDENTIFICAÇÃO.....	131
3.3. BASE LEGAL.....	131
3.4. PRAZO	131
3.5. CONTEÚDO/PLANO DE AÇÃO.....	132
3.6. ESTRUTURA DA PEÇA.....	132
3.7. PEÇA RESOLVIDA	132

4

DEFESA PRELIMINAR – LEI DE DROGAS (LEI Nº 11.343/2006) 135

4.1. INTRODUÇÃO	135
4.2. IDENTIFICAÇÃO.....	136
4.3. BASE LEGAL.....	136
4.4. PRAZO	136
4.5. CONTEÚDO/PLANO DE AÇÃO	136
4.6. ESTRUTURAÇÃO DA PEÇA.....	136
4.7. PEÇA RESOLVIDA AUTURAL	137

5

CARTA TESTEMUNHÁVEL 139

5.1. CONCEITO.....	139
5.2. BASE LEGAL.....	139
5.3. IDENTIFICAÇÃO.....	139
5.4. PRAZO	139
5.5. CABIMENTO/CONTEÚDO/PLANO DE AÇÃO	139
5.6. ESTRUTURAÇÃO DA CARTA TESTEMUNHÁVEL	140
5.7. PEÇA RESOLVIDA ADAPTADA	141

PEÇAS RELEVANTES

1**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO** 145

1.1. CABIMENTO.....	145
1.2. IDENTIFICAÇÃO.....	145
1.3. BASE LEGAL.....	145
1.4. PRAZO.....	145
1.5. DO DIREITO /TESES.....	145
1.6. EFEITO INTERRUPTIVO.....	145
1.7. ESTRUTURA DO RECURSO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....	146

2**QUEIXA-CRIME SUBSIDIÁRIA** 147

2.1. CABIMENTO	147
2.2. IDENTIFICAÇÃO.....	147
2.3. BASE LEGAL.....	147
2.4. PRAZO.....	147
2.5. REQUISITOS DA QUEIXA-CRIME SUBSIDIÁRIA – ART. 41 DO CPP.....	148
2.6. PROCURAÇÃO COM PODERES ESPECIAIS	148
2.7. VALOR INDENIZATÓRIO MÍNIMO	148
2.8. ESTRUTURA	148
2.9. PEÇA RESOLVIDA AUTORAL	149

3**RAZÕES DE APELAÇÃO** 151

3.1. INTRODUÇÃO	151
3.2. IDENTIFICAÇÃO.....	151
3.3. BASE LEGAL.....	152
3.4. PRAZO.....	152
3.5. DO DIREITO/TESES.....	152
3.6. PEDIDO	152
3.7. ESTRUTURA	152
3.8. PEÇA RESOLVIDA	153

4**CONTRARRAZÕES DE RECURSO EM SENTIDO ESTRITO** 157

4.1. INTRODUÇÃO	157
4.2. IDENTIFICAÇÃO.....	157
4.3. BASE LEGAL	157
4.4. PRAZO	157
4.5. DO DIREITO/TESES.....	157
4.6. PEDIDO.....	157
4.7. ESTRUTURA	157
4.8. PEÇA RESOLVIDA	158

5**CONTRARRAZÕES DE AGRAVO EM EXECUÇÃO** 161

5.1. INTRODUÇÃO	161
5.2. IDENTIFICAÇÃO.....	161
5.3. BASE LEGAL	161
5.4. PRAZO	161
5.5. DO DIREITO/TESES.....	161
5.6. PEDIDO.....	161
5.7. ESTRUTURA	161
5.8. PEÇA RESOLVIDA AUTORAL	162

6

RECURSO ESPECIAL 165

6.1. INTRODUÇÃO	165
6.2. IDENTIFICAÇÃO	165
6.3. BASE LEGAL	165
6.4. CABIMENTO/CONTEÚDO	165
6.5. PRAZO, INTERPOSIÇÃO E PROCESSAMENTO	166
6.6. PREQUESTIONAMENTO	166
6.7. DEMONSTRAÇÃO DA RELEVÂNCIA DAS QUESTÕES DE DIREITO FEDERAL INFRACONSTITUCIONAL.....	166
6.8. ESTRUTURAÇÃO DO RECURSO ESPECIAL	167
6.9. PEÇA RESOLVIDA	167

7

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 169

7.1. INTRODUÇÃO	169
7.2. IDENTIFICAÇÃO	169
7.3. BASE LEGAL	169
7.4. PRAZO E INTERPOSIÇÃO	169
7.5. CABIMENTO/CONTEÚDO.....	169
7.6. PREQUESTIONAMENTO.....	170
7.7. REPERCUSSÃO GERAL DAS QUESTÕES CONSTITUCIONAIS.....	170
7.8. ESTRUTURAÇÃO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO.....	170

PARTE III – TEMAS DE DIREITO PROCESSUAL

1

JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA 175

1.1. JURISDIÇÃO	175
1.2. COMPETÊNCIA	175
1.2.1. Espécies de competência.....	176
1.2.2. Critérios de fixação da competência.....	176
1.2.3. Determinação do foro competente.....	177
1.2.4. Competência em crime continuado e crime permanente	177
1.2.5. Competência pelo domicílio ou residência do réu.....	177
1.2.6. Competência pela natureza da infração	177
1.2.7. Competência por distribuição	178
1.2.8. Causas modificadoras da competência (conexão ou continência).....	178
1.2.8.1. Competência por conexão.....	178
1.2.8.2. Competência por continência	179
1.2.8.3. Foro prevalente.....	179
1.2.9. Da competência por prevenção.....	181

1.2.10. Da competência por prerrogativa de função	181
1.2.10.1. Competência do Supremo Tribunal Federal: art. 102, inciso I, alíneas “b” e “c”, CF	181
1.2.10.2. Competência do Superior Tribunal de Justiça: art. 105, inciso I, alínea “a”, CF	181
1.2.10.3. Competência dos Tribunais Regionais Federais: art. 108, inciso I, alínea “a”, CF	181
1.2.10.4. Competência dos Tribunais de Justiça: art. 96, inciso III, CF	181
1.2.10.5. Competência para julgar prefeitos municipais: art. 29, inciso X, CF	182
1.2.11. Competência da Justiça Federal	182
1.2.12. Competência da justiça militar	185
1.2.13. Competência criminal da justiça eleitoral	185
1.2.14. Justiça política ou extraordinária	185
1.2.15. Restrição ao foro por prerrogativa de função	185
1.2.16. Marco para o fim do foro	186
1.2.17. Crime de moeda falsa	186
1.2.18. Justiça estadual	186
1.3. QUESTÕES	187
2	
DA PROVA	189
2.1. INTRODUÇÃO E CONCEITO	189
2.2. PRESUNÇÕES LEGAIS	189
2.3. PRINCÍPIOS IMPORTANTES	189
2.4. SISTEMAS DE APRECIACÃO DAS PROVAS	190
2.4.1. Sistema do livre convencimento motivado	190
2.4.2. Sistema da íntima convicção	190
2.4.3. Sistema da prova tarifada, da verdade legal ou da certeza moral do legislador	190
2.5. ELEMENTOS DE INFORMAÇÃO X ELEMENTOS DE PROVA (ANÁLISE DO ART. 155 DO CÓDIGO DE PROCES- SO PENAL)	190
2.6. ÔNUS DA PROVA	191
2.6.1. Introdução	191
2.6.2. Distribuição	191
2.7. PODERES INSTRUTÓRIOS DO MAGISTRADO - (ART. 156 DO CPP)	191
2.8. PROVAS ILEGAIS, VEDADAS OU PROIBIDAS	192
2.9. EXCEÇÕES OU LIMITAÇÕES À ADMISSIBILIDADE DA PROVA ILÍCITA POR DERIVAÇÃO	193
2.9.1. Utilização de prova ilícita em favor do réu e em favor da sociedade	193
2.10. PROVAS EM ESPÉCIE	193
2.10.1. Provas Ilícitas e a Inviolabilidade do sigilo das comunicações	193
2.10.1.1. Comunicações telefônicas	193
2.10.1.2. Interceptação de Dados: (e-mails, MSN, chat, sites etc.)	196
2.10.1.3. Interceptações Ambientais	196
2.10.2. Sigilo de correspondência - (Art. 5º, inciso XII, primeira parte, da CF/88)	197
2.10.3. Exame de Corpo de Delito - (Arts. 158 a 184, todos do CPP)	197
2.10.3.1. Aspectos Importantes	198
2.10.3.2. Outras Perícias	198
2.10.4. Cadeia de Custódia	198
2.10.5. Interrogatório - (arts. 185 a 196, todos do CPP)	200
2.10.6. Confissão	201
2.10.7. Perguntas ao Ofendido	202
2.10.8. Prova Testemunhal	202
2.10.9. Reconhecimento de Pessoas e Coisas – Arts. 226 a 228 do CPP	204
2.10.10. Busca e Apreensão – Arts. 240 a 250 CPP	204
2.11. QUESTÕES	205

3**EMENDATIO LIBELLI E MUTATIO LIBELLI** 207

3.1. INTRODUÇÃO	207
3.2. EMENDATIO LIBELLI	207
3.2.1. Conceito	207
3.2.2. Emendatio libelli e suspensão condicional do processo – art. 383, § 1º, CPP	208
3.2.3. Desclassificação – art. 383, § 2º, CPP	208
3.3. MUTATIO LIBELLI	209
3.3.1. Procedimento da <i>mutatio libelli</i>	209
3.3.2. Exclusividade dos crimes de ação pública	209
3.3.3. Impossibilidade de aplicação da <i>mutatio libelli</i> em grau recursal	209
3.4. QUESTÕES	209

4**DAS NULIDADES** 211

4.1. SISTEMA DA TIPICIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS	211
4.2. CONCEITO DE NULIDADE	211
4.3. NULIDADE ABSOLUTA E RELATIVA	211
4.3.1. Nulidades absolutas	211
4.3.2. Nulidades relativas	211
4.4. VÍCIOS PROCESSUAIS – ART. 564 DO CPP	212
4.4.1. Jurisdição e Competência – Art. 564, inciso I, do CPP	212
4.4.2. Ilegitimidade da Parte - Art. 564, inciso II, do CPP	212
4.4.3. Falta de Atos Essenciais (Falta de Fórmulas ou Termos) – Art. 564, inciso III, do CPP	212
4.5. REGULARIZAÇÃO DA FALTA OU NULIDADE DA CITAÇÃO, INTIMAÇÃO OU NOTIFICAÇÃO – ART. 570 DO CPP ...	214
4.6. QUESTÕES	215

5**REFORMATIO IN PEJUS** 217

5.1. INTRODUÇÃO	217
5.2. RECURSO DA ACUSAÇÃO	217
5.3. RECURSO DA DEFESA	217
5.4. REFORMATIO <i>IN PEJUS</i> DIRETA	218
5.5. REFORMATIO <i>IN PEJUS</i> INDIRETA	218
5.6. QUESTÕES	218

PARTE IV – TEMAS DE DIREITO MATERIAL

CONTEÚDOS IMPRESCINDÍVEIS

1**PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA** 225

1.1. INTRODUÇÃO	225
1.2. REQUISITOS	225

1.2.1. Requisitos objetivos	226
1.2.2. Requisitos subjetivos.....	226
1.3. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA EM ESPÉCIE	227
1.4. COMO PODE CAIR	230
1.5. QUESTÕES.....	231

2

DO CRIME DOLOSO E CULPOSO 233

2.1. DO CRIME DOLOSO	233
2.1.1. Dolo direto.....	233
2.1.2. Dolo eventual.....	233
2.2. DO CRIME CULPOSO	234
2.2.1. Introdução	234
2.2.2. Modalidades de culpa.....	234
2.2.3. Culpa consciente	235
2.3. COMO PODE CAIR	235
2.4. QUESTÕES	235

3

ITER CRIMINIS 237

3.1. CONCEITO	237
3.2. COGITAÇÃO.....	237
3.3. ATOS PREPARATÓRIOS	238
3.4. EXECUÇÃO	238
3.5. CONSUMAÇÃO	238
3.6. COMO PODE CAIR	239

4

TENTATIVA 241

4.1. INTRODUÇÃO	241
4.2. ELEMENTOS DA TENTATIVA.....	241
4.3. PUNIBILIDADE E CRITÉRIO PARA REDUÇÃO DA PENA	242
4.4. COMO PODE CAIR	242

5

DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA E ARREPENDIMENTO EFICAZ 243

5.1. INTRODUÇÃO	243
5.2. DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA	243
5.3. ARREPENDIMENTO EFICAZ.....	244
5.4. REQUISITOS.....	244
5.5. CONSEQUÊNCIA.....	245
5.6. COMO PODE CAIR	246
5.7. QUESTÕES	246

6

ARREPENDIMENTO POSTERIOR 247

6.1. INTRODUÇÃO	247
-----------------------	-----

6.2. REQUISITOS.....	247
6.3. CRITÉRIO PARA REDUÇÃO DA PENA.....	248
6.4. COMO PODE CAIR.....	248
6.5. REPARAÇÃO DO DANO OU RESTITUIÇÃO DA COISA EM SITUAÇÕES ESPECÍFICAS.....	248
6.6. QUESTÕES.....	248

7

CRIME IMPOSSÍVEL 251

7.1. INTRODUÇÃO.....	251
7.2. CRIME IMPOSSÍVEL POR INEFICÁCIA ABSOLUTA DO MEIO.....	251
7.3. CRIME IMPOSSÍVEL POR IMPROPRIEDADE ABSOLUTA DO OBJETO.....	251
7.4. COMO PODE CAIR.....	252
7.5. QUESTÕES.....	252

8

ERRO DE TIPO 255

8.1. ERRO DE TIPO ESSENCIAL.....	255
8.1.1. Introdução.....	255
8.1.2. Erro de tipo invencível, inevitável ou escusável.....	256
8.1.3. Erro de tipo vencível, evitável ou inescusável.....	256
8.1.4. Como pode cair.....	257
8.1.5. Questões.....	258
8.2. ERRO DE TIPO ACIDENTAL.....	258
8.2.1. Erro sobre objeto.....	259
8.2.2. Erro sobre pessoa.....	259
8.2.2.1. Consequência.....	259
8.2.2.2. Como pode cair.....	260
8.2.3. Erro na execução (<i>aberratio ictus</i>).....	260
8.2.3.1. Introdução.....	260
8.2.3.2. <i>Aberratio ictus</i> com unidade simples.....	261
8.2.3.3. <i>Aberratio ictus</i> com resultado duplo.....	261
8.2.3.4. Como pode cair.....	262
8.2.4. Resultado diverso do pretendido (<i>aberratio criminis</i>).....	262
8.2.4.1. Conceito.....	262
8.2.4.2. Espécies.....	262
8.2.4.3. Como pode cair.....	263
8.2.5. Questões.....	263

9

AS CAUSAS EXCLUDENTES DE ILICITUDE 265

9.1. INTRODUÇÃO.....	265
9.2. ESTADO DE NECESSIDADE.....	265
9.2.1. Conceito.....	265
9.2.2. Requisitos.....	266
9.2.3. Causa de diminuição da pena.....	267
9.2.4. Excesso.....	268
9.3. LEGÍTIMA DEFESA.....	268
9.3.1. Conceito.....	268
9.3.2. Requisitos.....	268
9.3.3. Excesso.....	270

9.4. ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL	270
9.4.1. Conceito	270
9.4.2. Destinatário da excludente.....	271
9.4.3. Dever legal	271
9.5. EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO	271
9.5.1. Conceito	271
9.5.2. Alcance	271
9.5.3. Algumas hipóteses de exercício regular de um direito	271
9.6. COMO PODE CAIR	272
9.7. QUESTÕES	273

10

DAS CAUSAS EXCLUDENTES DE CULPABILIDADE	275
10.1. INTRODUÇÃO	275
10.2. INIMPUTABILIDADE.....	276
10.2.1. Introdução.....	276
10.2.2. Da inimputabilidade por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado	276
10.2.2.1. Consequências do reconhecimento da inimputabilidade	277
10.2.3. Da inimputabilidade por embriaguez completa proveniente de caso fortuito ou força maior	277
10.3. MENORIDADE PENAL	278
10.4. FALTA DE POTENCIAL CONSCIÊNCIA DA ILICITUDE – ERRO DE PROIBIÇÃO.....	278
10.4.1. Introdução.....	278
10.4.2. Erro de proibição	279
10.4.3. Efeitos: erro de proibição inevitável e evitável	279
10.4.4. Diferença entre erro de tipo e erro de proibição	281
10.5. INEXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA.....	281
10.5.1. Introdução.....	281
10.5.2. Coação moral irresistível.....	281
10.5.3. Obediência hierárquica.....	282
10.6. COMO PODE CAIR	283
10.7. QUESTÕES	284

11

TEORIA DA PENA	285
11.1. INTRODUÇÃO	285
11.2. DA FIXAÇÃO DA PENA	285
11.2.1. Primeira fase – Fixação da pena-base e circunstâncias judiciais	286
11.2.2. Segunda fase da fixação da pena	287
11.2.2.1. Circunstâncias agravantes.....	287
11.2.2.1.1. Da reincidência.....	288
11.2.2.2. Circunstâncias atenuantes	290
11.2.3. Concurso de Circunstâncias Agravantes e Atenuantes Genéricas	293
11.2.3.1. Introdução	293
11.2.3.2. Concurso entre reincidência e confissão espontânea.....	293
11.2.3.3. Concurso entre reincidência e menoridade relativa.....	294
11.2.4. Terceira fase da aplicação da pena: causas de aumento e de diminuição da pena	294
11.2.4.1. Diferença entre causas de aumento e circunstâncias qualificadoras.....	294
11.3. REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO DE PENA.....	295
11.3.1. Crimes apenados com reclusão.....	295
11.3.2. Crimes apenados com detenção	296

11.3.3. Regime inicial nos crimes hediondos e equiparados	296
11.4. DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS	296
11.4.1. Natureza jurídica	296
11.4.2. Requisitos objetivos	297
11.4.2.1. Em relação aos crimes dolosos	297
11.4.2.2. Em relação aos crimes culposos.....	297
11.4.3. Requisitos subjetivos.....	298
11.4.4. Substituição da pena restritiva x tráfico ilícito de entorpecentes	299
11.5. DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DA EXECUÇÃO DA PENA (SURDIS)	299
11.5.1. Conceito	299
11.5.2. Requisitos objetivos	299
11.5.3. Requisitos subjetivos.....	299
11.6. QUESTÕES.....	300

12

DA PRESCRIÇÃO 303

12.1. CONCEITO.....	303
12.2. ESPÉCIES DE PRESCRIÇÃO	303
12.3. EFEITOS DA PRESCRIÇÃO	304
12.4. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA	305
12.4.1. Prescrição da pretensão punitiva em abstrato ou propriamente dita.....	305
12.4.1.1. Cálculo do prazo da prescrição da pretensão punitiva em abstrato	305
12.4.1.2. Termo inicial da prescrição da pretensão punitiva em abstrato.....	306
12.4.1.3. Causas interruptivas da prescrição da pretensão punitiva	307
12.4.1.4. Hipóteses de incidência da prescrição da pretensão punitiva em abstrato.....	309
12.4.2. Prescrição da pretensão punitiva retroativa.....	314
12.4.2.1. Cálculo do prazo da prescrição da pretensão punitiva retroativa	315
12.4.2.2. Hipóteses de incidência da prescrição da pretensão punitiva retroativa nos crimes diversos do Procedimento do Tribunal do Júri	315
12.4.2.3. Hipóteses de incidência da prescrição da pretensão punitiva retroativa nos crimes do Procedimento do Tribunal do Júri	318
12.4.3. Prescrição da pretensão punitiva superveniente ou intercorrente.....	318
12.4.3.1. Pressupostos	319
12.4.3.2. Cálculo do prazo da prescrição da pretensão punitiva superveniente.....	319
12.4.3.3. Hipótese de incidência da prescrição da pretensão punitiva superveniente ou intercorrente	319
12.5. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA	320
12.5.1. Termos iniciais	321
12.5.2. Causas interruptivas.....	322
12.5.3. Prescrição no caso de evasão do condenado ou de revogação do livramento condicional	323
12.5.4. Algumas hipóteses de incidência da prescrição da pretensão executória.....	323
12.6. QUESTÕES.....	324

CONTEÚDOS MUITO RELEVANTES

13

DO CONCURSO DE PESSOAS 329

13.1. CONCEITO.....	329
13.2. DA AUTORIA.....	329

13.3. DA PARTICIPAÇÃO	330
13.3.1. Formas de participação	330
13.3.2. Participação impunível	330
13.3.3. Participação posterior ao crime	330
13.4. REQUISITOS DO CONCURSO DE PESSOAS	331
13.5. PUNIBILIDADE DO CONCURSO DE PESSOAS	332
13.6. COMUNICABILIDADE DAS ELEMENTARES E CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME	333
13.7. EFEITO EXTENSIVO	333
13.8. QUESTÕES	333

14

DO CONCURSO DE CRIMES	335
------------------------------------	-----

14.1. INTRODUÇÃO	335
14.2. CONCURSO MATERIAL	335
14.3. CONCURSO FORMAL	336
14.4. CONCURSO MATERIAL BENÉFICO	337
14.5. CRIME CONTINUADO	337
14.6. QUESTÕES	338

15

DO CONFLITO APARENTE DE NORMAS	341
---	-----

15.1. INTRODUÇÃO	341
15.2. CONFLITO APARENTE DE NORMAS X CONCURSO DE CRIMES	341
15.3. PRINCÍPIOS PARA DIRIMIR O CONFLITO APARENTE DE NORMAS	342
15.3.1. Princípio da especialidade	342
15.3.2. Princípio da subsidiariedade	342
15.3.2.1. Subsidiariedade expressa	342
15.3.2.2. Subsidiariedade tácita	343
15.3.3. Princípio da consunção ou da absorção	343
15.3.3.1. Introdução	343
15.3.3.2. Hipóteses de incidência do princípio da consunção	344
15.3.4. Princípio da alternatividade	345

CONTEÚDOS RELEVANTES

16

CRIMES OMISSIVOS	349
-------------------------------	-----

16.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	349
16.2. CRIMES OMISSIVOS PRÓPRIOS	349
16.3. CRIMES OMISSIVOS IMPRÓPRIOS OU COMISSIVOS POR OMISSÃO	349
16.3.1. Introdução	349
16.3.2. Pressupostos	350
16.3.3. Hipóteses do dever de agir para evitar o resultado	350

17

DA RELAÇÃO DE CAUSALIDADE OU NEXO CAUSAL	353
---	-----

17.1. CONCEITO	353
17.2. ESPÉCIES	353

17.2.1. Causas absolutamente independentes	353
17.2.1.1. Consequências das causas absolutamente independentes	354
17.2.2. Causas relativamente independentes	355
17.2.2.1. Efeitos das causas relativamente independentes.....	357
17.2.2.2. Efeitos das causas supervenientes que se encontram dentro da linha do desdobramento da conduta.....	357
17.3. QUESTÕES.....	358

18

DESCRIMINANTES PUTATIVAS 359

18.1. INTRODUÇÃO	359
18.2. ESPÉCIES	359
18.3. CONSEQUÊNCIAS.....	360
18.4. SÍNTESE	361

19

ERRO PROVOCADO POR TERCEIRO 363

20

EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE 365

20.1. INTRODUÇÃO	365
20.2. CAUSAS EXTINTIVAS DA PUNIBILIDADE PREVISTAS NO ART. 107 DO CP.....	365
20.3. CAUSAS DE EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE DO ART. 107 DO CP	365
20.3.1. Morte do agente.....	365
20.3.2. Da anistia, graça e indulto.....	366
20.3.3. Lei posterior que deixa de considerar o fato criminoso (abolitio criminis).....	367
20.3.4. Prescrição, decadência e perempção	367
20.3.4.1. Decadência	367
20.3.4.2. Perempção.....	367
20.3.5. Da renúncia ao direito de queixa ou perdão aceito nos crimes de ação penal privada.....	368
20.3.5.1. Renúncia ao direito de queixa	368
20.3.5.2. Perdão do ofendido	369
20.3.6. Da retratação do agente	369
20.3.7. Perdão judicial	370
20.3.7.1. Conceito.....	370
20.3.7.2. Natureza jurídica.....	370
20.3.7.3. Extensão	370

PARTE V – PROCEDIMENTO DO JÚRI E PEÇAS PROCESSUAIS DO JÚRI

1

PRIMEIRA FASE DO PROCEDIMENTO DO JÚRI 373

1.1. INTRODUÇÃO	373
-----------------------	-----

2

RESPOSTA À ACUSAÇÃO NO PROCEDIMENTO DO JÚRI 375

2.1. IDENTIFICAÇÃO.....	375
-------------------------	-----

2.2. BASE LEGAL.....	375
2.3. PRAZO	375
2.4. PEÇA OBRIGATÓRIA	375
2.5. CONTEÚDO/PLANO DE AÇÃO	375
2.6. PEDIDO	376
2.7. ESTRUTURA	376
2.8. PEÇA RESOLVIDA	376

3

MEMORIAIS	379
------------------------	-----

3.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	379
3.2. IDENTIFICAÇÃO	379
3.3. BASE LEGAL.....	380
3.4. PRAZO	380
3.5. DO DIREITO/TESES.....	380
3.6. DO PEDIDO	383
3.7. ESTRUTURAÇÃO	384
3.8. PEÇA RESOLVIDA	384

4

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO CONTRA DECISÃO DE PRONÚNCIA	387
---	-----

4.1. INTRODUÇÃO	387
4.2. IDENTIFICAÇÃO.....	387
4.3. BASE LEGAL.....	388
4.4. PRAZO.....	388
4.5. DO DIREITO/TESES.....	388
4.6. DO PEDIDO	392
4.7. ESTRUTURA DO RECURSO EM SENTIDO ESTRITO CONTRA DECISÃO DE PRONÚNCIA	392
4.8. PEÇA RESOLVIDA	393

5

SEGUNDA FASE DO PROCEDIMENTO DO JÚRI	397
---	-----

5.1. PREPARAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO JÚRI.....	397
5.2. DESAFORAMENTO: ART. 427, CPP	397
5.2.1. Conceito	397
5.2.2. Interesse da ordem pública	397
5.2.3. Dúvida sobre a imparcialidade do júri.....	397
5.2.4. Segurança pessoal do réu	397
5.2.5. Iniciativa do desaforamento	397
5.2.6. Suspensão do julgamento pelo relator.....	398
5.2.7. Inadmissibilidade do pedido de desaforamento.....	398
5.2.8. Excesso de serviço: art. 428, CPP	398
5.3. AUSÊNCIA DO DEFENSOR: ART. 456, CPP.....	398
5.4. AUSÊNCIA DO ACUSADO: ART. 457, CPP.....	398
5.5. IMPRESCINDIBILIDADE DO DEPOIMENTO DA TESTEMUNHA: ART. 461, CPP.....	398
5.6. SUSPENSÃO DOS TRABALHOS PARA CONDUÇÃO COERCITIVA OU ADIAMENTO DA SESSÃO	398
5.7. INFRUTÍFERA CONDUÇÃO COERCITIVA.....	398
5.8. REALIZAÇÃO DO JULGAMENTO, INDEPENDENTEMENTE DA INQUIRÇÃO DE TESTEMUNHA ARROLADA...	399
5.9. PREPARO PARA A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE SENTENÇA: ART. 462, CPP.....	399
5.10. ABERTURA DOS TRABALHOS: ART. 463, CPP	399
5.11. AUSÊNCIA DE QUÓRUM: ART. 464, CPP	399

5.12. REUNIÃO PRÉVIA DO JUIZ COM OS JURADOS: ART. 466, CPP	399
5.12.1. Conceito	399
5.12.2. Incomunicabilidade dos jurados.....	399
5.12.3. Manifestação da opinião acerca do processo.....	399
5.12.4. Fiscalização da incomunicabilidade durante o julgamento.....	400
5.12.5. Certidão do oficial de justiça	400
5.13. FORMAÇÃO DO CONSELHO DE SENTENÇA: ART. 467, CPP.....	400
5.14. RECUSAS MOTIVADAS E IMOTIVADAS: ART. 468, CPP.....	400
5.15. SEPARAÇÃO DO JULGAMENTO: ART. 469, CPP.....	400
5.16. ARGUIÇÃO DE IMPEDIMENTO, SUSPEIÇÃO OU INCOMPATIBILIDADE: ART. 470, CPP	401
5.17. ESTOURO DA URNA: ART. 471, CPP	401
5.18. INSTRUÇÃO EM PLENÁRIO: ART. 473, CPP.....	401
5.19. INTERROGATÓRIO DO ACUSADO: ART. 474, CPP	401
5.20. DOS DEBATES: ART. 476, CPP.....	402
5.20.1. Correlação entre acusação e pronúncia.....	402
5.20.2. Manifestação inicial do querelante.....	402
5.21. LIMITE DE TEMPO PARA AS PARTES: ART. 477, CPP	402
5.22. REFERÊNCIAS PROIBIDAS: ART. 478, CPP.....	402
5.23. DO QUESTIONÁRIO E SUA VOTAÇÃO: ARTS. 482 E 483, CPP.....	402
5.24. SENTENÇA: ART. 492, CPP	403
5.25. EXECUÇÃO ANTECIPADA DA PENA NO JÚRI: ART. 492, INCISO I, ALÍNEA “E”, 2ª PARTE, CPP	404

6

APELAÇÃO DAS DECISÕES DO PLENÁRIO DO JÚRI	405
6.1. IDENTIFICAÇÃO	405
6.2. BASE LEGAL	405
6.3. PRAZO	405
6.4. DO DIREITO/TESES.....	406
6.5. PEDIDO	407
6.6. ESTRUTURAÇÃO	407
6.7. PEÇA RESOLVIDA	408
6.8. QUESTÕES.....	410

PARTE VI – TEMAS DE EXECUÇÃO PENAL

1

TEMAS DE EXECUÇÃO PENAL	413
1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	413
1.1. Aplicação da Lei de Execução Criminal	413
1.2. Princípio da individualização da pena: Art. 5º, inciso XLVI, CF/88 – fase executória.....	414
2. DETRAÇÃO PENAL	414
2.1. Conceito	414
3. REGIMES PRISIONAIS E MODIFICAÇÃO DO REGIME DURANTE A EXECUÇÃO DA PENA	414
3.1. Considerações gerais	414
4. UNIFICAÇÃO DE PENAS.....	415
4.1. Considerações gerais	415
5. REGIME DISCIPLINAR DIFERENCIADO: ART. 52, LEP	416
5.1. Alterações significativas ocorreram em virtude da aplicação da Lei nº 13.964/19 (Pacote Anticri-	

me).....	416
6. PROGRESSÃO DE REGIME	417
6.1. Introdução	417
6.2. Requisitos para Progressão de Regime.....	417
6.3. Falta grave e Progressão de Regime	419
6.4. Progressão de Regime especial para mulheres.....	420
6.5. Progressão para o regime aberto.....	420
6.6. Progressão de regime e crimes contra administração pública.....	420
6.7. Exame criminológico	420
7. REGRESSÃO DE REGIME	421
7.1. Considerações gerais	421
8. PRISÃO DOMICILIAR	422
8.1. Considerações gerais	422
9. REMIÇÃO DA PENA	422
9.1. Considerações gerais	422
10. PERMISSÃO DE SAÍDAS E SAÍDA TEMPORÁRIA	423
10.1. Considerações gerais	423
11. MONITORAÇÃO ELETRÔNICA.....	423
11.1. Considerações gerais	423
12. LIVRAMENTO CONDICIONAL	424
12.1. Introdução.....	424
12.2. Requisitos.....	424
12.2.1. Requisitos objetivos.....	424
12.2.2. Requisitos subjetivos.....	425
12.3. Hipóteses de revogação do Livramento Condicional	425
12.4. Suspensão do Livramento Condicional	425
12.5. Extinção do Livramento Condicional.....	426
13. QUESTÕES	426

2

AGRAVO EM EXECUÇÃO	429
2.1. IDENTIFICAÇÃO.....	429
2.2. BASE LEGAL.....	429
2.3. PRAZO	429
2.4. CONTEÚDO/PLANEJAMENTO EXTRA-TÉGICO.....	430
2.5. EFEITOS	430
2.6. PEDIDO	430
2.7. ESTRUTURA.....	430
2.8. PEÇA RESOLVIDA	431

PARTE VII – TEMAS DE PRISÃO PROCESSUAL

1

AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA	437
1.1. INTRODUÇÃO	437
1.2. DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA.....	437

2

PRISÃO EM FLAGRANTE	439
2.1. INTRODUÇÃO	439
2.2. ESPÉCIES DE FLAGRANTE	439
2.3. OUTRAS VARIAÇÕES DAS ESPÉCIES DE PRISÃO EM FLAGRANTE	440
2.4. PROCEDIMENTO PARA A LAVRATURA DO AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE	442
2.5. GARANTIAS LEGAIS E CONSTITUCIONAIS DO PRESO	443
2.6. PROVIDÊNCIAS JUDICIAIS AO RECEBER O AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE	443
2.6.1. Relaxamento da prisão	445
2.6.1.1. Identificação	445
2.6.1.2. Base legal	445
2.6.1.3. Conteúdo	445
2.6.1.4. Estrutura da peça relaxamento de prisão	446
2.6.1.5. Peça resolvida	446
2.6.2. LIBERDADE PROVISÓRIA	448
2.6.2.1. Introdução	448
2.6.2.2. Identificação	448
2.6.2.3. Base legal	448
2.6.2.4. Conteúdo	448
2.6.2.5. Liberdade provisória x tráfico ilícito de entorpecentes	449
2.6.2.6. Liberdade provisória x proibição do art. 310, § 2º, CPP	450
2.6.2.7. Estruturação	450
2.6.2.8. Peça resolvida	450

3

PRISÃO PREVENTIVA	453
1. CONCEITO	453
2. LEGITIMAÇÃO	453
3. PRESSUPOSTOS	454
3.1. <i>Fumus comissi delicti</i>	454
3.2. <i>Periculum libertatis</i> : Perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado	454
4. CONDIÇÕES DE ADMISSIBILIDADE DA PRISÃO PREVENTIVA	456
5. FUNDAMENTAÇÃO	457
6. REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA	458
6.1. Identificação	458
6.2. Base legal	458
6.3. Conteúdo	458
6.4. Estrutura	458
6.5. Peça resolvida	458
7. RELAXAMENTO DA PRISÃO PREVENTIVA	461
7.1. Identificação	461
7.2. Base legal	461
7.3. Conteúdo	461
7.4. Estrutura de pedido de relaxamento da prisão preventiva	461

4

PRISÃO TEMPORÁRIA	463
1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	463
2. HIPÓTESES PARA A DECRETAÇÃO	463
3. HIPÓTESES	463

4.	DECRETAÇÃO POR AUTORIDADE JUDICIAL	464
5.	PRAZO	464
6.	PROCEDIMENTO	464
7.	REVOGAÇÃO DA PRISÃO TEMPORÁRIA	465
7.1.	Identificação	465
7.2.	Base legal	465
7.3.	Conteúdo.....	465
7.4.	Estrutura de pedido de revogação da prisão temporária.....	465
8.	RELAXAMENTO DA PRISÃO TEMPORÁRIA	466
8.1.	Introdução.....	466
8.2.	Base legal	466
8.3.	Identificação	466
8.4.	Conteúdo.....	466
8.5.	Estrutura de pedido de relaxamento da prisão temporária.....	467
8.6.	Questões.....	467

PARTE VIII – AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO

1

HABEAS CORPUS 471

1.1.	CONCEITO.....	471
1.2.	BASE LEGAL.....	471
1.3.	ESPÉCIES	471
1.4.	LEGITIMIDADE ATIVA	471
1.5.	LEGITIMIDADE PASSIVA	471
1.6.	ADMISSIBILIDADE.....	471
1.7.	COMPETÊNCIA	472
1.8.	JULGAMENTO E EFEITOS	473
1.9.	ESTRUTURA DO <i>HABEAS CORPUS</i>	473
1.10.	PEÇA RESOLVIDA	473

2

REVISÃO CRIMINAL 475

2.1.	INTRODUÇÃO	475
2.2.	IDENTIFICAÇÃO.....	475
2.3.	BASE LEGAL.....	475
2.4.	CABIMENTO/CONTEÚDO.....	475
2.5.	REVISÃO E EXTINÇÃO DA PENA	476
2.6.	LEGITIMIDADE.....	476
2.7.	ÓRGÃO COMPETENTE PARA O JULGAMENTO DA REVISÃO CRIMINAL	477
2.8.	LIMINAR.....	477
2.9.	PEDIDOS.....	477
2.10.	ESTRUTURA DA REVISÃO CRIMINAL	477
2.11.	PEÇA RESOLVIDA	478

3

MANDADO DE SEGURANÇA CRIMINAL 481

3.1.	CONCEITO.....	481
3.2.	IDENTIFICAÇÃO	481

3.3. BASE LEGAL.....	482
3.4. PRAZO	482
3.5. LEGITIMIDADE ATIVA E PASSIVA	482
3.6. COMPETÊNCIA	482
3.7. ESTRUTURA	482
3.8. PEÇA RESOLVIDA	483

PARTE IX – TREINAMENTO DE PEÇAS

TREINAMENTO DE PEÇAS	487
1. QUEIXA-CRIME.....	487
2. RESPOSTA À ACUSAÇÃO	495
3. MEMORIAIS	502
4. RECURSO DE APELAÇÃO.....	509
5. CONTRARRAZÕES DE APELAÇÃO	516
6. MEMORIAIS DO PROCEDIMENTO DO JÚRI	523
7. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO CONTRA DECISÃO DE PRONÚNCIA.....	530
8. AGRAVO EM EXECUÇÃO	537
9. REVISÃO CRIMINAL	544
10. RELAXAMENTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE	551
11. APELAÇÃO DO ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO NO PROCEDIMENTO DO JÚRI.....	558
12. APELAÇÃO NO TRIBUNAL DO JÚRI.....	565
13. EMBARGOS INFRINGENTES	572
14. RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL	579
15. LIBERDADE PROVISÓRIA.....	586
16. REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA	593
17. DEFESA PRELIMINAR – FUNCIONÁRIO PÚBLICO	600
18. DEFESA PRELIMINAR – LEI DE DROGAS	607
19. CARTA TESTEMUNHÁVEL	614
20. RAZÕES DE APELAÇÃO.....	621
21. CONTRARRAZÕES DE AGRAVO EM EXECUÇÃO.....	628
22. CONTRARRAZÕES DE RECURSO EM SENTIDO ESTRITO.....	635

PARTE X – TREINAMENTO DE QUESTÕES

TREINAMENTO DE QUESTÕES	645
1. CONSIDERAÇÕES SOBRE AS QUESTÕES.....	645

PARTE XI – PADRÃO DE RESPOSTAS

TEMAS DE AÇÃO PENAL	789
1. ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL	789
2. AÇÃO PENAL	790
PEÇAS PROCESSUAIS	793
1. RESPOSTA À ACUSAÇÃO	793
2. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO	794
TEMAS DE DIREITO PROCESSUAL	795

1.	JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA.....	795
2.	DA PROVA	796
3.	<i>EMENDATIO LIBELLI</i> E <i>MUTATIO LIBELLI</i>	799
4.	DAS NULDADES.....	800
5.	REFORMATIO <i>IN PEJUS</i>	801
TEMAS DE DIREITO MATERIAL		803
1.	PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA	803
2.	DO CRIME DOLOSO E CULPOSO.....	804
3.	DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA E ARREPENDIMENTO EFICAZ	805
4.	ARREPENDIMENTO POSTERIOR	806
5.	CRIME IMPOSSÍVEL	807
6.	ERRO DE TIPO	808
6.1.	Erro de tipo essencial	808
6.2.	Erro de tipo acidental	809
7.	EXCLUDENTES DE ILICITUDE	810
8.	EXCLUDENTES DE CULPABILIDADE	811
9.	TEORIA DA PENA.....	813
10.	DA PRESCRIÇÃO	815
11.	CONCURSO DE PESSOAS	817
12.	CONCURSO DE CRIMES	818
13.	DA RELAÇÃO DE CAUSALIDADE OU NEXO CAUSAL	820
PROCEDIMENTO DO JÚRI		821
1.	PROCEDIMENTO DO JÚRI	821
TEMAS DE EXECUÇÃO PENAL		823
1.	TEMAS DE EXECUÇÃO PENAL	823
TEMAS DE PRISÃO PROCESSUAL		827
1.	RELAXAMENTO DA PRISÃO TEMPORÁRIA	827
PARTE XII – PADRÃO DE RESPOSTAS DAS PEÇAS		
PADRÃO DE RESPOSTAS DAS PEÇAS		831
PARTE XIII – PADRÕES DE RESPOSTAS DAS QUESTÕES		
PADRÕES DE RESPOSTAS DAS QUESTÕES		935
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		1051